

CHE - CÂMARA DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E EDUCAÇÃO ( COMUNICAÇÃO COORDENADA )

NOME: FRANCILENE RAMOS LOURENCO SOARES

TÍTULO: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ACESSO À CULTURA: INTERLOCUÇÕES COM OS TRABALHOS CIENTÍFICOS DA ANPED (2013-2015) E ANPUH (2017)

AUTORES: FRANCILENE RAMOS LOURENCO SOARES, FRANCILENE RAMOS LOURENÇO SOARES, LANA MARA DE CASTRO SIMAN

PALAVRA CHAVE: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, ANPED, ANPUH.

## RESUMO

Este artigo é fruto de uma revisão bibliográfica sobre o tema Educação Patrimonial e acesso aos bens culturais. Para tanto, foram realizadas a busca de trabalhos apresentados na Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED) e na Associação Nacional de História (ANPUH) sobre a produção bibliográfica que tangencia o tema em questão. Para escolha dos trabalhos, priorizou-se os que tinham uma relação mais direta e crítica com o tema e com a escola pública. A partir da análise dos trabalhos escolhidos, refletiu-se sobre as opções teórico-metodológicas adotadas pelos autores.

Algumas pesquisas têm demonstrado que as ações voltadas para a Educação Patrimonial em algumas cidades brasileiras colaboram para que a comunidade conheça o Patrimônio Cultural e desenvolva uma consciência do ato de preservar. Mas, observou-se na produção científica, que a Educação Patrimonial no âmbito da educação formal e sua relação com o acesso aos bens culturais ainda é pouco discutida. Para tanto, propõe-se uma revisão bibliográfica de alguns trabalhos produzidos sobre o tema em questão. Luna (2002) nos lembra que o objetivo deste tipo de trabalho é descrever o estado atual de uma dada área de pesquisa: o que já se sabe, quais as principais lacunas, onde se encontram os principais entraves teóricos e/ou metodológicos.

A revisão bibliográfica dos trabalhos selecionados na ANPED e ANPUH é parte integrante do projeto de pesquisa apresentado à Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) para ingresso no curso de mestrado do ano de 2018. Intitulado "Educação Patrimonial: interações entre história, memória e Patrimônio Cultural", o projeto de pesquisa apresentado a UEMG surgiu da necessidade de questionar e investigar as relações que se estabelecem entre o acesso à cultura dos alunos da educação básica da rede pública de ensino e a percepção destes no que se refere ao Patrimônio Cultural.

A partir desse contexto definiu-se a seguinte problemática: o acesso aos bens culturais pelos alunos da rede pública de educação básica está diretamente relacionado com a leitura que eles fazem do Patrimônio Cultural e com o sentido que eles atribuem à importância de preservá-lo? Que papel desempenha a escola pública no processo de ampliação do capital cultural de seus alunos?

Partindo dessas indagações, propõe-se refletir sobre o papel da escola nesse processo e investigar meios para que a Educação Patrimonial seja trabalhada no ensino básico. O patrimônio não faz parte do currículo obrigatório, no entanto, pode ser contemplado como tema transversal no tema pluralidade cultural.

Observa-se, através da revisão bibliográfica, que muitos estudos centralizam a Educação Patrimonial como meio de despertar a consciência do ato de preservar, mas não problematizam como se dá a apropriação dos bens culturais por esses sujeitos, os significados que eles constroem sobre o Patrimônio Cultural a partir de suas vivências e experiências. Partindo dessa proposição, entende-se que os "bens culturais podem ser objeto de uma apropriação material, que pressupõe capital econômico, e de uma apropriação simbólica, que pressupõe o capital cultural" (BOURDIEU, 1979). Assim, as relações entre Educação Patrimonial e acesso à cultura precisam ser problematizadas, para que novas abordagens sobre o tema possam ser pensadas.

A Educação Patrimonial pode contribuir para despertar o interesse por acesso à cultura, pois as pesquisas nos mostram que o "desejo por cultura" não é natural, inato. Necessita ser despertado e alimentado (BOTELHO, 2017). Assim, a relevância de pesquisar as possibilidades de inserção da Educação Patrimonial na educação formal pauta-se pela possibilidade que essa temática tem de provocar nesses alunos uma consciência cidadã, e permitir que estes tenham o direito de conhecer o Patrimônio Cultural tal como ele se constituiu historicamente.

Desse modo, a educação patrimonial deve trabalhar no sentido de refletir sobre o conhecimento que todo patrimônio é suporte, assim como contestar e contextualizar sua autoridade narrativa. (DEMARCHI, 2016)

Na ANPED, decidiu-se por analisar os trabalhos apresentados na 36ª e 37ª Reuniões Nacionais no período compreendido entre os anos de 2013- 2015. O Grupo de Trabalho da ANPED que mais se aproximou da temática apresentada foi o GT 06- Educação Popular. Mas, no GT 18- Educação de Pessoas Jovens e adultas selecionou-se um trabalho que contribuiu significativamente para uma reflexão mais abrangente sobre a temática.

A busca de trabalhos foi realizada atentando-se para o título, palavras-chave e resumo dos mesmos. Nesse processo, conseguiu-se selecionar três artigos, a saber: "Educação Popular e Patrimônio Cultural – a complexidade entre museu, escola e comunidade" (TAMANINE, 2015); "A História de Brenda – de visitante a usuária do Museu da Maré" (ARAÚJO, 2013); " Professores de EJA e Museus no município do Rio de Janeiro: direitos culturais e aprendizagem ao longo da vida" (VIANNA, 2015). Na ANPUH, optou-se por um trabalho apresentado na Reunião Nacional de 2017, intitulado de: "Patrimônio Cultural e Ensino de História: a educação Patrimonial como estratégia de Ensino de História Local e Regional" (SILVA a, 2017). A partir dos trabalhos selecionados, foi realizada uma leitura integral e posteriormente o fichamento. Nesse processo de revisão bibliográfica, observou-se uma escassez de trabalhos sobre o tema.

Após a análise dos trabalhos selecionados verificou-se a predominância da abordagem qualitativa na produção da pesquisa científica, e constatou-se que os trabalhos analisados centralizam sua abordagem teórica na História social e cultural, com uma escala de observação reduzida, denominada micro-história.

Assim, pode-se concluir que a Educação Patrimonial ainda é um campo de pesquisa em construção, e os trabalhos na área tem contribuído para pensar novas abordagens sobre o tema no contexto da educação formal.